



1 **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE**
2 **IMPACTO AMBIENTAL-RIMA, REFERENTE AO LICENCIAMENTO**
3 **AMBIENTAL DO LOTEAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO**
4 **INDUSTRIAL II DE TRÊS LAGOAS/MS.**

5
6
7 Aos 25 dias do mês de outubro do ano de 2012, às 19 horas, no Souvenir Buffet, situado
8 na Rua João Silva, 677, no município de Três Lagoas/MS, foi realizada a Audiência
9 Pública referente ao licenciamento ambiental do Loteamento para implantação do
10 Distrito Industrial II de Três Lagoas/MS. A Audiência Pública teve início com a palavra
11 da responsável pelo cerimonial, que cumprimentou todas as autoridades e demais
12 presentes, dando as boas vinda a todos. Explicou que a Audiência Pública apresentará
13 os estudos realizados sobre a implantação do Distrito Industrial II e o Relatório de
14 Impacto Ambiental do Loteamento que visa a regularização da obtenção do
15 licenciamento ambiental com o objetivo de receber empreendimentos industriais. A
16 seguir, convidou para compor a mesa diretora da Audiência, as seguintes autoridades:
17 Doutor Pedro Mendes Neto, no ato representando o Secretário de Meio Ambiente, do
18 Planejamento, da Ciência e Tecnologia, Carlos Alberto Negreiros Said Menezes,
19 presidindo a mesa diretora; representando a Prefeita Municipal Márcia Moura, o
20 Secretário de Desenvolvimento Econômico, Marco Garcia de Souza; representando o
21 IMASUL, Senhor Rafael Alex Barbosa; representando a Secretaria Municipal de Meio
22 Ambiente, Senhora Cristiane Rocha Duarte; representando a Câmara Municipal,
23 Vereador Antonio Luiz. Formada a mesa, convidou para dar as boas vindas a todos o
24 Doutor Pedro Mendes Neto. Inicialmente, ele cumprimentou todos os presentes, falando
25 de sua satisfação em retornar a Três Lagoas e, em nome do Secretário de Estado Meio
26 Ambiente declarou aberta a Audiência Pública onde será apresentado o empreendimento
27 Loteamento para implantação do Distrito Industrial II de Três Lagoas e o Estudo de
28 Impacto Ambiental com a apresentação do Relatório de Impacto Ambiental executado
29 para um licenciamento corretivo, posterior, mas essencial para que o empreendimento
30 fique efetivamente legalizado em todos os seus aspectos. Continuando, explicou que a
31 Audiência Pública tem o papel de aproximar as pessoas, a comunidade do
32 empreendimento e dos estudos ambientais realizados com vistas a cumprir um dos
33 papéis primordiais do licenciamento que é o princípio democrático, fazendo com que os
34 grandes empreendimentos tenham a participação social garantida, de forma que as
35 pessoas possam expressar as suas opiniões, críticas, sugestões sobre grandes
36 empreendimentos ou aqueles com efetivos potenciais poluidores, de significativo
37 impacto ambiental. A seguir, iniciou a leitura dos principais pontos da Resolução
38 SEMA 004/89 que regulamenta as Audiências Públicas em Mato Grosso do Sul:
39 “Resolução SEMA/MS, número 4 de 89 disciplina a realização de Audiências Públicas
40 no processo de licenciamento ambiental. As atividades ou empreendimentos que no
41 processo de licenciamento estiverem sujeitas à apresentação de Estudo de Impacto
42 Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, estarão submetidas à realização de
43 Audiências Públicas. A Audiência tem como objetivo divulgar informações, recolher
44 opiniões, críticas e sugestões de segmentos da sociedade interessada na implantação de
45 determinado empreendimento utilizador de recursos naturais ou modificadores do meio
46 ambiente, com o fim de subsidiar a decisão quanto a este licenciamento. Além do
47 mediador e secretário da mesa, comporão a mesa de trabalhos representantes do



48 empreendedor, da equipe multidisciplinar que elaborou o Relatório de Impacto
49 Ambiental e da Secretaria do Estado de Meio Ambiente, (nesse ponto da leitura
50 convidou o Senhor Eimar, representante da DMB Engenharia, para também compor a
51 mesa diretora, que a empresa que realizou os estudos ambientais)
52 podendo ser convidados a integrar a mesa de trabalho as autoridades municipais da área
53 de influência do empreendimento. A função do mediador será exercida pelo Secretário
54 de Estado de Meio Ambiente ou seu representante legal. Iniciada a Audiência, o
55 mediador exporá as regras segundo as quais esta se processará, passando a palavra ao
56 representante do empreendedor para a apresentação do projeto pelo período de 20 min.,
57 seguindo-se a apresentação do Relatório de Impacto Ambiental, pelo representante da
58 empresa que o elaborou, pelo período de 30 min. Terminadas as apresentações, será
59 anunciado um intervalo, possibilitando ao secretário da mesa o recebimento das
60 perguntas para a participação no debate. Os participantes poderão formular questões
61 através do preenchimento de formulário próprio, com a devida identificação, clareza e
62 objetividade. Encerrada a reunião, o secretário providenciará a lavratura de ata que
63 ficará à disposição dos interessados no Departamento de Licenciamento do IMASUL”.

64 Após a leitura, esclareceu que todos haviam assinado uma Lista de Presença e
65 receberam os folders ilustrando os principais impactos do empreendimento e também
66 as medidas de mitigação desses impactos e também uma ficha de perguntas que será
67 utilizada para o debate no segundo bloco. Enfatizou que todos esses procedimentos já
68 cumprem algumas das metas da Resolução que havia sido lida. Continuando, desfez a
69 mesa e convidou o Senhor Marco, Secretário de Desenvolvimento Econômico, para
70 fazer a exposição do empreendimento em nome da Prefeitura Municipal de Três
71 Lagoas, seguindo a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental pela DMB. Doutor
72 Pedro solicitou que todos deixassem os celulares desligados para não interferir nas
73 apresentações e lembrou que a Audiência, sendo um evento ambiental, todos os
74 presentes deixassem o ambiente limpo como o encontraram. Com a palavra, o
75 Secretário Marco cumprimentou e agradeceu a presença de todos, considerando de
76 extrema importância a participação da população no processo, explicando que, como o
77 empreendimento já está implantado, é importante que se façam as correções e corrijam
78 as falhas, fazendo melhorias no empreendimento que é muito importante para a
79 sociedade de Três Lagoas, uma vez que o maior número de empregos está no Distrito
80 Industrial. Lembrou que a Audiência Pública não se refere à nenhuma indústria, não
81 está sendo licenciado e nem autorizada a implantação de nenhuma indústria que possa
82 causar algum impacto ambiental, apenas está sendo regularizado um loteamento
83 industrial dentro da exigências dos órgãos ambientais para que opere da melhor forma
84 possível. Deixou claro a todos que se trata do licenciamento do Distrito Industrial, não
85 sendo discutida nenhuma indústria específica, uma vez que, para que se instalassem, já
86 teriam passado pelo seu processo de licenciamento, o qual é muito rigoroso, feito pelo
87 IMASUL e, mais recentemente, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, numa
88 proporção menor, que são órgãos totalmente responsáveis pela instalação de
89 empreendimentos em Três Lagoas. Ressaltou que todas as indústrias instaladas já
90 passaram pelo processo de licenciamento, tendo obtidas as Licenças Prévia, de
91 Instalação e de Operação, esclarecendo que cada indústria possui a sua licença, sendo
92 tratado na presente Audiência o licenciamento do loteamento. Falou da importância de
93 se corrigir o que está errado, enfatizando que a legislação ambiental preconiza o
94 licenciamento, mesmo não tendo sido feito na década de 1990, época de sua



95 implantação. Em 1997, na época da implantação da MABEL, já era para ter sido
96 iniciado o processo de licenciamento, não discutindo as razões pelas quais não foi feito,
97 e sim o porquê de se fazer atualmente, tendo-se que trabalhar o Distrito Industrial da
98 melhor maneira possível, tendo que ser sustentável e receber as indústrias de maneira
99 sustentável, cada vez com uma circulação maior de pessoas. Ressaltou que famílias
100 inteiras freqüentam o Distrito Industrial porque ele gera emprego para todo o tipo de
101 mão de obra, por isso é importante que se dê sustentabilidade ao Distrito e o processo
102 do seu licenciamento é fundamental para isso. Reiterou que o Distrito já foi iniciado
103 estando, parcialmente, instalado desde a década de 90, já vem recebendo indústrias, mas
104 que chegou o momento de se fazer, atualmente, o que não foi feito no passado.
105 Informou que a Prefeitura Municipal contratou uma empresa, a DMB, que realizou
106 todos os levantamentos necessários: impactos ambientais, impactos sociais, a questão da
107 acessibilidade, tudo o que envolve o Distrito Industrial foi estudado e será exibido a
108 todos para se identificar as falhas existentes, como corrigi-las e como fazer para se
109 adequar à legislação ambiental que é a que garante, de forma eficaz, a sustentabilidade
110 para que o Distrito continue recebendo indústrias e a Audiência Pública é importante
111 porque todos poderão se manifestar, apontando falhas, dando sugestões. Ressaltou que,
112 apesar de todos os estudos realizados, as pessoas que freqüentam o Distrito no dia a dia,
113 é que podem ter apontamentos a fazer. Dessa forma, continuou, o trabalho que já se
114 tem, previamente, realizado há mais de dois anos, quando a empresa iniciou os estudos,
115 que são estudos detalhados de todo o Distrito e seu impacto será apresentado pela
116 empresa, sendo estudos complexos que exigiu muito tempo e investimentos por parte da
117 Prefeitura em contratação, estudos, prospecções que foram feitas na área para tentar
118 colher o maior número de informações possíveis e, baseados nelas, tomar as decisões
119 para corrigir e melhorar o Distrito como um todo. Concluindo, mais uma vez agradeceu
120 a participação de todos, colocando-se à disposição na Secretaria de Desenvolvimento
121 Econômico, para esclarecimento de outras dúvidas. A seguir, o Senhor Eimar, da
122 empresa consultora DMB, apresentou-se, desejando boa noite a todos, explicando que o
123 momento é tenso, mas também de festa. Tenso porque, em 30 minutos terá que
124 apresentar um estudo cuja pesquisa durou quase um ano, em cima de uma área bonita e
125 rica. Ao mesmo tempo, continuou, é uma festa porque é um momento de democracia,
126 uma vez que a Carta Constitucional alega o direito à população de manifestar-se a
127 respeito de empreendimentos, sendo uma conquista da população frente a sua realidade.
128 Explicou que está sendo discutido um empreendimento que não é uma indústria e sim,
129 um loteamento, e o EIA/RIMA foi feito para um loteamento, que tem uma situação
130 diferenciada porque já está funcionando e com indústrias já licenciadas. Ressaltou que,
131 no aspecto geral, compreenderá o parcelamento do solo, através de quadras e lotes e a
132 concepção e execução do sistema viário, o que fará a interligação entre lotes e quadras e
133 o aspecto básico que é a regularização do loteamento, ou seja, a Prefeitura colocando
134 em ordem o que está em aberto. O consultor explicou que a área tem uma peculiaridade
135 porque não foi adquirida pela Prefeitura, sendo parte de uma compensação da CESP, da
136 Usina Hidrelétrica de Jupia, tendo apenas uma pequena parte que foi adquirida pela
137 Prefeitura, mas sendo uma doação de uma compensação ambiental de uma usina.
138 Informou que o empreendimento está implantado desde a década de 1990, sendo uma
139 área de 476 há, uma área bastante considerável, segundo o consultor. Explicou que, em
140 março de 1975, já se falava no Distrito industrial, ainda no Estado de Mato Grosso e
141 que, portanto, a visão de distrito não é de agora e nem da década de 90, é anterior, da



142 década de 70. Três Lagoas recebeu a área, sem questioná-la, e trabalhou no sentido de
143 dar uma destinação para ela. Na década de 70, continuou, a visão que se tinha das
144 políticas públicas era de se fazer distritos industriais porque era uma forma de levar o
145 desenvolvimento para as regiões que ficavam além da orla marítima, para o interior do
146 país. A seguir, mostrou um mapa do distrito, chamando a atenção para as diferenças de
147 cores nas áreas, significando as matrículas das áreas explicando que, quando a
148 Prefeitura recebeu a área, depois de algum tempo, queria regularizá-la através de um
149 licenciamento ambiental e a empresa consultora começou a analisar o que estava
150 acontecendo e percebeu que a matrícula não tinha como dar continuidade, explicando o
151 porquê. Então, continuou, a Prefeitura começou a desenterrar arquivos para entender
152 como se daria o processo de juntar todas as áreas em uma única, fato que contribuiu
153 para a demora de se fazer o licenciamento ambiental da área. Após, foi feita a parte da
154 transcrição e, por último, a matrícula final, agradecendo a todo o pessoal da Prefeitura
155 porque foi um trabalho árduo, gigante, tendo de se descobrir toda a composição. A
156 seguir, mostrou a localização da área do loteamento, sendo uma área grande,
157 considerável, um grande presente. A nível de loteamento, explicou que Mato Grosso do
158 Sul está no centro da América Latina e para um lugar que quer produzir, gerar um
159 produto e colocá-lo no mercado tem que vencer quase dois mil km, onde estão os portos
160 para levar as mercadorias para fora do país, não sendo pequena a questão da logística,
161 tendo que ser considerada porque, qualquer coisa que se produzir em Mato Grosso do
162 Sul, tem que percorrer grandes distâncias para colocá-la no mercado. Chamou a atenção
163 para a riqueza do local, considerando algumas questões: está do lado de São Paulo,
164 tendo rodovias com facilidade para a logística, e também a ferrovia, o rio Tietê, que é
165 um leito navegável, o rio Paraná, sendo um lugar privilegiado a nível de MS. Mostrou
166 algumas imagens da cidade, imagens aéreas do Distrito industrial, a Cascalheira, Jupiá,
167 o Sucuriú. Ressaltou, mais uma vez que é uma área privilegiada, não só pelo local em
168 que se encontra, como também pela logística, não sendo uma área totalmente
169 degradada. Explicou que é degradada porque sofreu os impactos decorrentes da represa
170 de Jupiá, sendo um lugar ideal, perfeito para se colocar um empreendimento do porte de
171 um Distrito Industrial. Mostrou algumas fotos da entrada do Distrito, informando que,
172 atualmente, já está integrado ao perímetro urbano da cidade, sendo uma zona industrial,
173 estando perto de uma área de zona especial de interesse social, tendo também uma área
174 de expansão do lado do aeroporto, mais um modal logístico, sendo outra área
175 interessante e a zona de interesse ambiental, que é o Parque Natural Municipal das
176 Capivaras. Explicou que a área não poderia ser melhor, o que é importante, porque um
177 dos aspectos do EIA/RIMA é perceber se a área é adequada ou não, embora o
178 empreendimento já esteja implantado, mostra que é uma boa vocação para a área, porque
179 o local está dentro das conformidades exigidas. O consultor explicou que um
180 loteamento tem que passar por regras próprias da Prefeitura, sendo necessário ter área
181 institucional, áreas verdes, de lotes, de ruas, avenidas e mesmo sendo um
182 empreendimento da Prefeitura, também passa pela legislação da Prefeitura, obedecendo
183 todos os trâmites. A seguir, explicou o que está implantado em cada área, sendo 66% a
184 área de lotes, 14% de áreas verdes, 13% institucional e 7% as áreas para as vias.
185 Informou que o projeto das avenidas está pronto, o projeto de drenagem não está pronto,
186 mas tem diretrizes mostrando como trabalhar a nível macro. Mostrou as áreas
187 principais onde está sendo feita a captação da drenagem; o projeto não está acabado, só
188 uma parte do empreendimento está implantado. O consultor informou que o projeto tem



189 algumas limitações e está em uma área possível de expansão, cujo tipo será decidido
190 pela Prefeitura. Na visão da consultoria, uma boa expansão seria na área de serviços,
191 uma vez que são muito poucas as indústrias prestadoras de serviços, portanto,
192 continuou, o local é interessante para se expandir na área de serviços. Enfatizou que as
193 indústrias já demandam outros tipos de serviços, citando como exemplo alimentação e
194 outra série de serviços. Como limitações do projeto, citou o aeroporto, o Parque das
195 Capivaras, a Apa do Jupιά, explicando detalhadamente o porque das limitações, falando
196 da importância das áreas verdes, que amortecem odores, particulados, ruídos e outros
197 fatores decorrentes da indústria. Ressaltou que o Distrito Industrial não vai interferir na
198 represa de Jupιά porque tem um cinturão verde bem definido. Continuando a sua
199 apresentação, informou que serão gerados 6.292 empregos no município de Três
200 Lagoas, sendo investidos R\$ 1.189.050.000 reais. A seguir, falou das atividades
201 predominantes: 22% de produtos plásticos, 26% têxtil, 14% fabricação de máquinas e
202 peças e 2% produção de energia. Mostrou também um quadro com a diversificação do
203 Parque industrial de Três Lagoas e suas predominâncias. Atualmente, continuou, a
204 ocupação do Distrito é: 55% em funcionamento, 12% em implantação, 24% de área
205 reservada e 2% foram para a área mas não deram continuidade. A seguir, mostrou a
206 porcentagem dos setores que mais geram empregos, sendo dados de 2010: 35% têxtil e
207 32% fabricação de máquinas e peças, as mais fortes. Ressaltou que Três Lagoas,
208 atualmente, sofre com a falta de mão de obra e o empreendimento ficará um tempo para
209 consolidar o que se tem e esperar por uma nova expansão. A seguir, falou da ADA, AID
210 e AII, o que será explicado adiante, sendo áreas geográficas, delimitadas pelos meios
211 físico, terrestre, aquático e atmosférico, biótico. Mostrou a ADA (área diretamente
212 afetada), que é a área do loteamento, onde recairá os impactos de forma mais
213 diretamente, onde a parte física e de biologia serão mais atingidas; AID (área de
214 influência direta) será a área sede do município de Três Lagoas e faz parte do seu Plano
215 Diretor que divide a área em três partes: a área sede, o Distrito de Arapuá e o Distrito de
216 Garcias; AII (área de influência indireta), que é o Bolsão, que sofrerá um impacto no
217 aspecto social uma vez que Três Lagoas trará mão de obra do Bolsão para dentro do
218 município. A seguir, falou de alguns estudos que foram feitos para mostrar algumas
219 situações: na parte dos ventos, cuja predominância é seguir para a parte nordeste. Nesse
220 ponto, lembrou que as indústrias não terão chaminé, poluentes ou materiais
221 particulados. No meio físico, hidrogeológico explicou que o solo do Distrito é poroso,
222 com transmissividade, o que significa que a água das chuvas e absorvida, não
223 acontecerão alagamentos nem afloramento de lagos na área. Ressaltou que todo poço
224 que existir na área terá que ser monitorado, explicando o porquê. No meio biótico foi
225 vista a cobertura vegetal, fauna terrestre, mastofauna, hepertofauna, biota aquática,
226 macrófitas aquáticas, zooplâncton, perifíton macroinvertebrados bentônicos e a
227 fitofauna. Explicou que foram levantados dados primários e secundários, sendo
228 levantados oito pontos nos dados primários, sendo uma área já degradada que possui
229 áreas importantes em volta, o Parque de Jupιά, o Parque Municipal das Capivaras, a
230 Cascalheira e alguns pontos isolados. Observou-se que a diversidade de espécies
231 registradas na área de influência do empreendimento é muito baixa se comparada a
232 outros estudos em área de cerrado e isso se deve, principalmente, a localização do
233 loteamento ser em área urbana e com pouco remanescente de mata, já sendo uma área
234 degradada e a operação do Distrito Industrial II repercutirá mais no meio
235 socioeconômico do que no meio físico e biótico, uma vez que esse já encontra-se



236 submetido a um histórico de alteração. O consultor informou que haverá uma
237 compensação, solicitando ao IMASUL que ajude o recurso a ir para a APA, embora
238 saiba que a legislação não é muito favorável à APA, mas lembrando o Parque das
239 Capivaras, que é uma área isolada, necessitando de cuidados, como a colocação de
240 placas com sinalização, a construção de uma casa para que se possa monitorar a área.
241 Ainda sobre o meio biótico explicou que, embora seja uma área degradada, tem muitos
242 pontos interessantes: os ambientes aquáticos, matas e galerias destacam-se na paisagem
243 e abrigam espécies mais sensíveis às perturbações do habitat e o maior número de
244 espécies endêmicas; a fragmentação da paisagem, a simplificação da matriz podem
245 acarretar o empobrecimento biológico do local. Explicou que existe uma barreira entre o
246 Distrito Industrial e a Cascalheira, sendo uma área preservada naturalmente, sendo
247 necessários alguns cuidados, principalmente na área de drenagem. Ressaltou a
248 necessidade de cuidados com o descarte de resíduos e efluentes carreados para os
249 ambientes aquáticos que podem comprometer a sobrevivência de grande número de
250 espécies registradas. Informou que em 2006, o nº de empregos formais atingiu 14.427 e
251 em 2009, 24.091, no município de Três Lagoas como um todo. Em relação aos salários
252 formais, em 2006, a média era de R\$841,00, em 2009, R\$ 2.009,00, aumentando o
253 padrão de vida dos treslagoenses, com o aumento da parte de serviços. A seguir, citou
254 uma frase do Secretário Municipal Marco Garcia, resumindo o momento que Três
255 Lagoas está vivendo: “Paralelamente à metamorfose econômica, Três Lagoas vive uma
256 espécie de revolução cultural a começar pelos horários e pela rotina de trabalho. Em
257 razão da atividade rural, um dos hábitos da cidade sempre foi acordar por volta das 5 ou
258 6 horas e dormir pouco depois do anoitecer; imagine explicar para a população que um
259 dos turnos de trabalho da Fíbria, no caso, começa às 10 horas da noite” O consultor citou
260 a frase para mostrar as mudanças ocorridas no município de Três Lagoas. A seguir,
261 expôs um quadro com os elementos que foram estudados em relação aos impactos
262 ambientais nos meios físico, biótico e socioeconômico. Informou que o
263 empreendimento não tem a fase de implantação porque já está implantado, tendo alguns
264 pontos a serem reconsiderados, os passivos ambientais, citando a parte de drenagem,
265 com início de uma voçoroca; passivo estrutural, citando-o. Ressaltou que para a
266 operação do empreendimento foram identificados 37 impactos, sendo 8 positivos e 29
267 negativos, explicando que o impacto em si, não é o loteamento, mas o que está em cima
268 dos lotes. Mediante a análise realizada iniciou-se a trabalhar as medidas mitigadoras,
269 que reduzirão as conseqüências e analisando os impactos positivos e negativos para
270 atenuá-los; ou se consegue eliminá-los ou atenuá-los e não tendo como, faz-se a
271 compensação ambiental. Explicou que, à medida em que foi feita a leitura dos impactos,
272 percebeu-se que tinha como fazer um Plano Básico Ambiental sobre três aspectos: um
273 controle ambiental visando a manutenção e as medidas mitigadoras, um visando um
274 Plano Diretor e um para projetos. Explicou que, como 50% do Distrito não está
275 ocupado, a Prefeitura é responsável no sentido de dar manutenção ao Distrito e foi
276 criado um Plano mostrando alguns monitoramentos visuais que devem ser realizados
277 para se fazer a manutenção do local, na parte de erosão, proliferação de vetores,
278 deposição de sedimentos. Foi feito também um Programa de Apoio ao
279 Empreendedorismo Sustentável., explicando que não se pode falar em termos de bilhões
280 passando pela cidade de Três Lagoas e não ter uma visão de como esse fato fica em
281 relação à população, percebendo que há uma necessidade de se fazer uma parceria com
282 o Sistema S (SEBRAE, SESI, SESC), no sentido de dar uma visão de empreendedor aos



283 treslagoenses para que eles tenham o incentivo e uma visão empreendedora, citando
284 exemplos. A seguir, falou do ordenamento do projeto, explicando que percebeu-se que
285 há uma necessidade de revê-lo; as áreas já estão prontas, mas há uma necessidade de se
286 fazer uma hierarquização do sistema viário, definição de um plano de arborização,
287 redefinição do projeto de drenagem. Percebeu-se, também, que o loteamento necessita
288 de um Plano Diretor; cada lote, de uma certa forma, tem o controle nas mãos do
289 IMASUL; a Prefeitura tem diretrizes muito pequenas para controlar certas situações
290 dentro de cada lote, citando algumas. Informou que foi realizada uma Análise de Risco
291 percebendo que há uma necessidade também de se criar uma interação da Prefeitura
292 junto às indústrias, ao Corpo de Bombeiros, à Segurança Pública. Terminou a sua
293 apresentação agradecendo a atenção de todos. Com a palavra, Doutor Pedro Mendes
294 Neto, anunciou um intervalo breve, de 10 minutos para que os presentes possam fazer
295 as perguntas e, após, retornar para os debates. Lembrou que só serão lidas as perguntas
296 cujos autores estiverem presentes no plenário e, se possível colocar cada pergunta em
297 um formulário para melhor condução dos debates. Retomando os trabalhos, Doutor
298 Pedro iniciou o debate com a 1ª pergunta, de Claudinei Pereira/Raboni Transportes,
299 direcionada ao empreendedor: Como está e quando serão realizadas obras para melhoria
300 ao acesso ao loteamento e a duplicação da Av. Jarouche, pois o fluxo de veículos
301 triplica a cada ano, aumenta os acidentes e colocando vidas em riscos.” Senhor Marco,
302 representando a Prefeitura Municipal, respondeu que é um caso que a Prefeitura já vem
303 pensando há bastante tempo, já tendo alguns projetos que ele não detalharia porque é da
304 parte da Secretaria de Obras, do Planejamento, que tem um estudo levantado para se
305 ampliar a Jarouche e reiniciá-la à partir da Ranoufe, passando dentro da área que,
306 atualmente, é da MABEL. Informou que o assunto já havia sido conversado com o
307 proprietário da empresa, Sandro Mabel, onde havia o seu aval para a cedência, para que
308 a avenida se iniciasse na rodovia, o que aumentaria a rotatória hoje existente,
309 melhorando o fluxo para o acesso direto ao Distrito Industrial. Explicou que houve uma
310 mudança na PEPSI, que comprou a Mabel, e a conversa terá que ser retomada. Paralelo
311 a isso, continuou, existe a entrada do aeroporto, que é uma rua de terra e que vai ser
312 outro acesso ao Distrito Industrial, que será pavimentada, já estando no projeto da
313 Prefeitura; a pavimentação sai do anel viário, no final do aeroporto, em frente à
314 Metal frio, sendo dois novos acessos que estão sendo estudados pela Prefeitura para
315 solucionar o problema. Ressaltou que a Prefeitura sabe da gravidade da situação,
316 principalmente dos veículos que vêm da cidade e entram, de forma errada, dentro do
317 Distrito Industrial pela Av. Mabel, não conseguindo nem fazer o contorno. Ressaltou
318 que são pontos críticos do trânsito, já existindo um projeto para tentar resolver que
319 precisará ser retomado com o novo proprietário da Mabel. Quanto à duplicação da
320 Jarouche, informou que são duas questões: pensou-se na duplicação mas também na
321 ciclovia, que já foi solicitada porque há funcionários que transitam de bicicleta.
322 Informou que, de imediato, o que se está fazendo para melhorar a condição do acesso ao
323 Distrito é a questão da iluminação da Jarouche, já com projeto pronto, devendo sair no
324 começo do ano, a colocação de redutores de velocidade e maior sinalização
325 vertical/horizontal, tudo já estando pronto para ser executado. Informou que a Prefeitura
326 está sensível na questão do transporte, tendo sido criada a Diretoria de Logística, sendo
327 uma visão que a Prefeitura teve para o problema que, atualmente, Três Lagoas enfrenta,
328 que é o fluxo de veículos de cargas, de transporte de pessoas, ônibus, carretas, em um
329 número muito acima da média da cidade de Três Lagoas. Continuando, explicou que



330 soluções como a Cidade do ônibus, Cidade do Transporte já vem sendo discutido desde
331 o ano passado para que se desafogue algumas vias e possa tirar o fluxo de carga pesada
332 de manobra de caminhões. Explicou que são situações que já foram colocadas,
333 esperando colocar em prática os projetos para resolver os problemas. Antes de dar
334 continuidade ao debate, Doutor Pedro informou que o autor da pergunta que tiver algum
335 comentário, alguma complementação a ser solicitada ao final da resposta, o pedido de
336 complementação poderá ser feito ao microfone. 2ª pergunta, de Eliane Honorato,
337 direcionada ao consultor: Qual é a extensão total de áreas verdes? A Cascalheira é uma
338 Área de Preservação Permanente? Senhor Eimar informou que as áreas verdes estão
339 distribuídas quase que rente à Cascalheira, mas que ela tem uma área que não é uma
340 área verde: entre a área verde ainda existe uma faixa de APP, explicando. Informou que
341 as áreas verdes estão bem distribuídas, contínuas a parte da Cascalheira e ainda uma
342 área verde que está sendo chamada de Cascalheira, que é a área da APP da própria
343 Jupia. Não satisfeita com a resposta, a Sra. Eliane manifestou-se ao microfone:
344 Cumprimentou todos os presentes e fez uma colocação em relação às placas de avisos.
345 Indagou se a consultoria tem noção de quando elas serão colocadas porque, o que
346 acontece, atualmente é a ocorrência de muitos acidentes de afogamentos na área da
347 Cascalheira. Ressaltou que as pessoas ainda não têm consciência que não podem estar
348 entrando e interagindo com a Cascalheira da maneira como interagem, sendo um ponto
349 que ela gostaria de colocar, até a respeito do ser humano, do cidadão treslagoense.
350 Solicitou que se façam mais campanhas divulgando a importância de se estar atento
351 quando se entra em uma área como aquela, porque não há tanta sinalização, nem placas
352 informando a profundidade e o local é frequentado por famílias inteiras, crianças,
353 pessoas de várias faixas etárias. Por essas razões ela indagou se era uma APP, porque
354 sendo, não pode haver contato humano com a área e, se é uma área dividida, como foi
355 falado na apresentação, ela solicitou, não só em seu nome, mais também em nome da
356 turma de Gestão Ambiental da AEMS, que fossem colocadas as placas em respeito ao
357 ser humano. Com a palavra, a Sra. Cristiane, da Secretaria de Meio Ambiente da
358 Prefeitura, informou que a área da Cascalheira, que havia sido apontada como parte da
359 área verde, uma parte de APP (Área de Preservação Permanente) e uma parte da área
360 não pertence à Prefeitura, não foi doada à Prefeitura pela CESP, porque é uma área de
361 inundação da empresa. Toda a área, atualmente, continuou, foi cercada pela Prefeitura;
362 no fundo da Termoelétrica existe uma cerca de acesso, com placas de sinalização,
363 informando que é proibida a entrada, a visitação no local. Enfatizou que a Prefeitura tem
364 trabalhado nesse sentido, já tendo sido firmado um convênio com a polícia, com o
365 quartel e com a Termoelétrica para fiscalização da área, objetivando evitar a prática da
366 população de usar a área para lazer e banho porque não é uma área propícia para isso
367 devido ao grande risco de afogamento no local. Enfatizou as dificuldades que a
368 Prefeitura tem encontrado de conseguir manter a população afastada do local porque
369 havia uma cerca de madeira no fundo da Termoelétrica, com placas proibindo a entrada
370 e levaram a cerca inteira. Informou que a Petrobrás, através de um convênio com a
371 Prefeitura, substituiu a cerca por uma mais pesada, de ferro, sendo colocada a
372 sinalização, novamente; o cadeado já foi trocado mais de quatro vezes e, ultimamente,
373 tem dado certo. Mesmo assim, continuou, as pessoas arrombam a cerca de arame para
374 ter acesso ao local. Diante disso, a Petrobrás fez uns fossos (buracos), nas vias de acesso
375 mais utilizadas, para impedir a entrada de carros e, em outros locais, foram colocados
376 montes de terras para impedir a entrada de motos e, mesmo assim, a população ainda



377 freqüenta o local. Concluiu seus esclarecimentos, reconhecendo que, apesar de todo
378 esforço por parte da Prefeitura para impedir o acesso ao local, é muito complicado
379 devido ser um costume de um grupo da população de freqüentar o local, achando que
380 não há riscos, mas que a área oferece riscos para banhistas. Ressaltou que o objetivo é
381 deixar que a área se recomponha naturalmente e seja uma área verde do município. 3ª
382 pergunta, de Elaine Cristina de Freitas, Moradora, direcionada ao empreendedor: Quais
383 são os critérios para adquirir uma área nesse distrito (empresa)? Senhor Marco
384 respondeu que uma política já utilizada, desde o tempo em que a Prefeitura iniciou as
385 iniciativas de atração de indústrias, é levar em consideração três itens principais:
386 geração de empregos, tamanho do empreendimento, do investimento em si e a questão
387 ambiental, o que foi fundamental para que o processo se iniciasse em 1997 e para que
388 Três Lagoas fosse, atualmente, a mola propulsora do Estado de Mato Grosso do Sul
389 como um todo em desenvolvimento. Então, continuou, essa política tem dado certo pelo
390 crescimento que Três Lagoas vem apresentando e pelo desenvolvimento e qualidade de
391 vida da população. Ressaltou que, basicamente, recebe o empreendedor, colhe as
392 informações sobre a proposta que tem de empreender em Três Lagoas, principalmente
393 na geração de empregos, no tamanho de investimentos, o que o investimento vai gerar
394 de recursos para a Prefeitura, para a população e também os impactos que irá causar,
395 social e ambientalmente falando. Passando por esses crivos, continuou, a Prefeitura
396 encaminha a área de doação para que a Câmara de Vereadores aprove a doação.
397 Ressaltou que, apesar da Prefeitura indicar, é a Câmara dos Vereadores que aprova a
398 doação para uma empresa se instalar em Três Lagoas. 4ª pergunta, de Patrícia
399 Fernandes, do SENAI, direcionada ao empreendedor: Quais serão os impactos
400 ambientais causados que cercam o loteamento? O consultor, Senhor Eimar, respondeu a
401 questão. Lembrando o mapa que havia sido apresentado, explicou que o Distrito
402 encontra-se em um ponto bastante estratégico, bem em uma lateral, tendo algumas áreas
403 restringindo o seu crescimento e, em outro aspecto, uma área que dá para fazer a
404 expansão; na parte de cima há uma área verde, na parte de baixo existe uma rodovia e
405 na lateral, em relação à Jupiá, há uma área de vegetação. Nesses pontos, continuou,
406 observou-se que a maneira como está sendo implantado, ou seja, as indústrias que estão
407 sendo colocadas dentro do Distrito não causarão impacto porque não são indústrias de
408 chaminé, nem de emissão de particulados. Explicou que a Mabel tem o problema de
409 odores, mas que mesmo assim, não é um problema sério em relação à parte da
410 vegetação lateral. Nesse aspecto, continuou o consultor, tem um cinturão verde bem
411 caracterizado do lado total do Distrito Industrial e para a região da cidade, há um lado
412 para a expansão, que está sendo chamada de zona especial e, no local, pode haver
413 impacto: tráfego de caminhões, entrada e saída de pessoas de bicicletas ou motocicletas,
414 carros. Ressaltou que, por essas razões, solicita-se o ordenamento viário dentro do
415 Distrito, percebendo-se que o grande impacto será em relação à veículos, sendo a
416 poluição nesse aspecto, mas em relação ao contexto do loteamento está bem resolvido
417 porque a localização foi bem pensada e planejada. O Senhor Marco complementou a
418 resposta. Explicou que, não só a localização, mas o crescimento da cidade já está
419 limitada nesse ponto e, atualmente, graças à Fíbria, foi implantada a Rede de Percepção
420 de Odores, mais em relação à cobrança sobre uma fábrica de celulose, mas que acaba
421 servindo para qualquer tipo de impacto de odores que houver na cidade. Como já havia
422 sido informado, continuou, além da localização, a questão dos ventos,
423 predominantemente oposta da cidade, sendo uma posição privilegiada. Como há o



424 parque do lado oposto, continuou, a área verde não está entre a indústria e a cidade, está
425 entre a indústria e o rio, sendo mais fácil de ser conservada porque a cidade já chegou
426 no seu limite, tendo o Distrito, a área verde e o rio e muito pouca coisa pode ser mudada
427 em relação a isso, dando uma tranquilidade. Concluiu, ressaltando que, mesmo havendo
428 uma especulação imobiliária, não há como mudar o aspecto geográfico de localização,
429 cidade, indústria e o meio ambiente. 5ª pergunta, de Ademir Celis Gomes Ives, da
430 Triaco Ltda., direcionada ao empreendedor: Qual é a previsão para regulamentar a área
431 do Distrito I? O Secretário Marco respondeu que a Prefeitura já está pensando essa
432 questão porque é um problema maior do que o já enfrentado no Distrito II porque no
433 Distrito I, além de regularização ambiental, que também se faz necessária, há um
434 problema fundiário, de doações que não foram regularizadas desde a década de 70.
435 Explicou que no Distrito I existem destinações não industriais em área industrial, já
436 implantado há muitos anos, não dando para reverter, tendo que regularizar a situação
437 existente atualmente. Então, continuou, há a necessidade de se fazer uma força tarefa, o
438 que já está sendo discutido na Prefeitura. Ele acredita que, como foi realizado o Plano
439 de Regularização de Imóveis, que funcionará até o dia 31 de dezembro na cidade, terá
440 que haver um Plano de Regularização do Distrito I, fazendo também a parte ambiental,
441 realizando um trabalho em conjunto, regularizando os imóveis existentes no local,
442 oficializando toda situação existente, dando legalidade aos investidores, proprietários e
443 ocupantes da área e, com isso, a regularização ambiental. Enfatizou que, apesar de ser
444 um processo mais complexo do que o Distrito II, exigirá atenção e cuidado maiores
445 envolvendo toda questão ambiental e social e que a Prefeitura deve encarar a questão de
446 uma maneira mais pontual em relação ao Distrito I, à Vila Piloto e toda a região para
447 que o problema seja solucionado de uma vez, pretendendo iniciar o processo no
448 próximo ano. Informou que está sendo concluído o Distrito II, já estando no IMASUL
449 para ser assinado, que é o Distrito do Moeda, da Petrobrás, cuja Audiência Pública já foi
450 realizada. Atualmente está sendo finalizado o Distrito II e no próximo ano, o Distrito I.
451 Não havendo outros questionamentos, Doutor Pedro Mendes agradeceu a presença de
452 todos, aos palestrantes pelas apresentações e, em nome do Secretário de Meio
453 Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia, Carlos Alberto Said Menezes
454 declarou encerrada a Audiência Pública, desejando as bênçãos de Deus a todos no
455 retorno aos seus lares. Eu, Maria José Alves Martins, Fiscal Ambiental do IMASUL,
456 lavrei a presente ata que vai por mim assinada.